

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; IPTU = imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; IPVA = imposto sobre a propriedade de veículos automotores; LRF = Lei de Responsabilidade Fiscal; MP = Ministério Público; RJU/RN = Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Norte; RPPS/RN = Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Norte; STF = Supremo Tribunal Federal; TC = tribunal de contas; TCE = tribunal de contas estadual; TCE/RN = Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte; TCU = Tribunal de Contas da União; TRE = Tribunal Regional Eleitoral.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Trata-se de uma carta cujo enigma perdura e
perdurará. Por isso, ela continua sempre atual, continua a nos
falar hoje sem que nenhum de nós também se julgue seu
4 destinatário privilegiado ou seu decodificador absoluto.

Estamos nos referindo à famosa **Carta** de Pero Vaz
de Caminha dirigida em 1500 a el-rei dom Manuel,
7 anunciando a descoberta de uma nova terra. E se essa carta
não tivesse chegado ao seu destino, ao seu destinatário, se ela
tivesse se extraviado, com se diz hoje no linguajar dos
10 correios? Em virtude de naufrágio, seria uma hipótese. Por
errância sem fim da caravela no caminho de volta à pátria, ou
seja, por morte dos estafetas, seria outra hipótese. No
13 entanto, a carta chegou ao seu destino. E, ao chegar às
mãos do rei, no momento mesmo em que o rei de Portugal
dela toma posse, também toma posse da terra e dos seres
16 humanos por ela descritos pela primeira vez. A carta cria o
acontecimento da descoberta do Brasil por um país europeu.
Ela sela de vez o devir ocidental e cristão de uma terra e de
19 seus habitantes, o devir de um futuro estado-nação chamado
Brasil.

A **Carta** de Caminha serve, antes de tudo, para que
22 todos aqueles aos quais ela não se destina reflitam tanto
sobre palavras e gestos que recobrem o encontro de dois
bandos que se desconhecem, quanto sobre o sentido do
25 acontecimento histórico na época das descobertas e, mais
ainda, sobre o papel desempenhado pelos vários atores
sociais na empreitada heroica.

Silviano Santiago. *Navegar é preciso, viver*. In: Aداuto Novaes
(Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras –
Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 464 (com adaptações).

A partir da argumentação do texto acima, bem como das
estruturas linguísticas nele utilizadas, julgue os itens de **1 a 6**.

- 1 Se a opção fosse a de evitar o uso do pronome “cujo” (l.1),
as relações entre as ideias do texto permitiriam que, sem
prejudicar a coerência ou a correção gramatical do texto,
assim se iniciasse o parágrafo: Trata-se de uma carta do qual
o enigma perdura e perdurará.
- 2 Na linha 3, o uso do modo subjuntivo em “julgue” é exigido
pela estrutura sintática em que ocorre; se fosse retirada a
conjunção “que” da oração subordinada, o modo empregado
deveria ser o infinitivo: julgar.
- 3 O primeiro período sintático do texto sintetiza os motivos
que levaram Caminha a escrever a “famosa **Carta**” (l.5).

4 Fazendo os necessários ajustes nas letras iniciais maiúsculas,
as relações semânticas entre as orações do texto permitem
que o ponto logo após “hipótese” (l.10) seja substituído pelo
sinal de ponto e vírgula e o ponto logo depois de “europeu”
(l.17), pelo sinal de dois-pontos.

5 No desenvolvimento das ideias do texto, o conectivo “No
entanto” (l.12-13) estabelece uma oposição direta entre os
argumentos que o seguem na oração e o argumento do
período sintático que explicita o objeto da argumentação:
“Estamos nos referindo à famosa **Carta** de Pero Vaz de
Caminha” (l.5-6).

6 Na linha 22, a preposição **a**, em “aos quais”, é exigida pelo
uso reflexivo do verbo **destinar**; por isso, mantém-se a
coerência ao se substituir o pronome relativo pelo pronome
quem e, para preservar o respeito às regras gramaticais,
deve-se manter a preposição, escrevendo **a quem**.

1 Em todos os povos ou períodos da história, a
sensação de pertencimento a uma comunidade sempre foi
construída com base nas diferenças em relação aos que estão
4 de fora, “os outros”. Muitas tribos indígenas brasileiras, por
exemplo, chamam a si próprias de “homens” ou “gente” e
denominam pejorativamente integrantes de outros
7 grupamentos — esses são “seres inferiores” ou “narizes
chatos”. O filósofo Aristóteles considerava a “raça helênica”
superior aos outros povos. Mas até o Iluminismo, no século
10 XVIII, a humanidade não recorreu a teses raciais para
justificar a escravidão — tratava-se de uma decorrência
natural das conquistas militares. A postulação de que todos
13 os homens nascem livres e iguais criou, porém, uma
reação: a fim de embasar a dominação de povos europeus
e seus descendentes sobre as populações colonizadas ou
16 escravizadas, começou-se a elaborar uma divisão sistemática
de raças, com pretensões científicas. Com a gradual abolição
da escravidão, o racismo científico foi usado para justificar
19 o imperialismo ocidental na África e na Ásia.

Veja, 2/9/2009 (com adaptações).

Com base nas estruturas linguísticas e nas relações
argumentativas do texto acima, julgue os itens de **7 a 12**.

7 É correto concluir, a partir da argumentação do texto, que a
“sensação de pertencimento” (l.2) carece de cientificidade,
ou seja, de “pretensões científicas” (l.17).

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
TRIBUNAL DE CONTAS
OFÍCIO 000/2009-TCE/RN

Senhor Secretário Municipal,
D.D. Doutor Beltrano da Silva

1. Considerando que os custos de publicação dos relatórios nos diários oficiais do Estado e dos Municípios vem sofrendo grande majoração nos últimos anos, inviabilizando o procedimento especialmente nos municípios que disponham de poucos recursos, recomenda-se que os municípios que detenham uma população de menos de 30.000 habitantes faça tal publicação apenas no Diário Oficial do Estado e afixe em lugar público e visível, os dados a serem publicados.

[...]

Natal, 31 de setembro de 2009.

(assinatura)

Fulano de Tal

Presidente do Tribunal de Contas do Estado
do Rio Grande do Norte

A partir desse texto hipotético, julgue os seguintes itens, a respeito da elaboração de correspondência oficial.

- 18 Os itens de identificação e localização do documento, como o timbre, a identificação do órgão emissor e o número do expediente, o local e a data de emissão do documento, estão de acordo com as normas do padrão ofício.
- 19 Para que o vocativo do documento respeite os padrões de elaboração de correspondências oficiais, deve ser retirada toda a linha abaixo do cargo ou função, com o nome do destinatário, deixando apenas a primeira: “Senhor Secretário Municipal,”.
- 20 No corpo do documento, a redação do primeiro parágrafo respeita as normas de impessoalidade, formalidade, concisão, além do padrão culto da língua a que todos os documentos oficiais devem obedecer.

Acerca de conceitos de informática e de segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 21 O disco rígido é um sistema de armazenamento de dados de alta capacidade que, por não ser volátil, é normalmente destinado ao armazenamento de arquivos e programas.
- 22 Em um computador com o sistema operacional Windows XP instalado, por meio da opção Pesquisar, existente no menu Iniciar, é possível localizar informações na Internet.
- 23 Diferentemente do que ocorre no sistema Windows XP, no Linux, para se obter maior velocidade de acesso, os dados são armazenados diretamente em pastas, e não em subpastas.
- 24 Chave criptográfica é um termo que se refere a um parâmetro (ou conjunto de parâmetros) variável do algoritmo criptográfico que interfere diretamente no processo criptográfico. Para cada chave distinta (valor de chave), o algoritmo gera um criptograma diferente para uma mesma mensagem, que só poderá ser decifrado pelo usuário que conheça o valor em uso. Dessa forma, a segurança lógica é garantida, mesmo que o processo criptográfico se torne público, desde que a chave seja mantida secreta.

- 8 Preservam-se a coerência entre os argumentos e o respeito às regras gramaticais ao se usar o pronome **aqueles** em lugar de **os**, substituindo “aos que” (l.3) por **àqueles que**.
- 9 Na linha 5, seriam preservadas a coerência da argumentação e a correção gramatical do texto se a opção fosse por não enfatizar o objeto de **chamar**, conferida pelo pronome “próprias”, e se substituísse “a si” por **se**, escrevendo-se **chamam-se**.
- 10 A ausência do sinal indicativo de crase em “a teses” (l.10) indica que o substantivo está sendo usado em sentido generalizado, sem a determinação marcada pelo artigo.
- 11 A flexão de singular em “tratava-se” (l.11) indica ser a “escravidão” (l.11) “decorrência natural das conquistas militares” (l.11-12); se tal decorrência fossem “teses raciais” (l.10), o verbo seria flexionado no plural: **tratavam-se**.
- 12 Preservam-se as relações entre os argumentos e o respeito às regras gramaticais ao se reescrever o último período sintático do texto da seguinte maneira: O imperialismo ocidental na África e na Ásia usou como justificativa o racismo científico com a gradual abolição da escravidão.

1 Penso que a política tem sempre uma dimensão estética, o que é verdade também para o exercício das formas de poder. A estética e a política são formas de organizar o sensível: de dar a entender, de dar a ver, de construir a visibilidade e a inteligibilidade dos acontecimentos. Para mim, é um dado permanente. É diferente da ideia de que o exercício do poder se teria estetizado em um momento específico.

10 Há um momento em que é preciso distinguir duas coisas: de um lado, a adoção de certas formas espetaculares de *mise-en-scène* do poder e da comunidade. De outro, a ideia mesma de comunidade. É preciso saber se pensamos a comunidade política simplesmente como um grupo de indivíduos governados por um poder, ou se a pensamos como um organismo animado.

16 Na imaginação da comunidade, há sempre esse jogo, essa oscilação entre a representação jurídica e uma representação estética. Mas não creio que se possa definir um momento preciso de estetização da comunidade.

Jacques Rancière. *Partilha do sensível*. In: *Revista Cult*, n.º 139, ano 12, set./2009, p. 18 (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, a respeito da organização das ideias no texto acima.

- 13 No desenvolvimento das ideias do texto, o termo “o que” (l.2) retoma, em coesão textual, a ideia de **pensar**.
- 14 De acordo com a argumentação do texto, depreende-se que o termo “permanente” (l.6) refere-se à constância da relação entre estética e política.
- 15 Para evitar o uso de muitas preposições no mesmo período sintático e deixar o texto mais conciso e objetivo, a retirada da preposição do termo “em que” (l.9) preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.
- 16 O desenvolvimento da argumentação permitiria usar os termos “esse jogo” (l.16-17) e “essa oscilação” (l.17) no plural, sem prejudicar a coerência entre os argumentos e o respeito às regras gramaticais.
- 17 Mantêm-se a coerência entre os argumentos e o respeito às regras gramaticais ao se usar o verbo na primeira pessoa do plural, **possamos**, em lugar de se usar o sujeito indeterminado “se possa” (l.18).

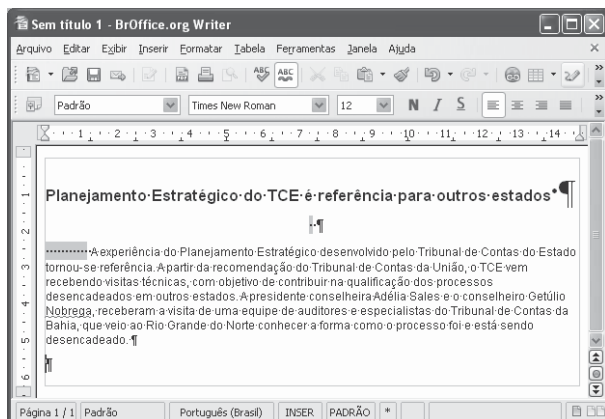


Figura I

	A	B
1	Processo	Situação do andamento
2	1234	70%
3	3452	20%
4	2345	75%
5	6721	90%

Figura II

Considerando as figuras I e II acima, que ilustram, respectivamente, uma janela do BrOffice Writer 3.0 com um documento em edição e parte de uma janela do Excel 2007 com uma planilha em elaboração, julgue os itens que se seguem, relativos ao Microsoft Office 2007 e ao BrOffice.org.

- 25 A partir da figura I, é correto afirmar que o título do documento em edição está centralizado na página.
- 26 A planilha mostrada na figura II pode ser transferida, na forma de tabela, para o final do documento em edição ilustrado na figura I, sem perda de informações.
- 27 Por meio da opção Gráfico do *menu* Inserir do Excel 2007, é possível criar um gráfico de linha com as informações da planilha apresentada, e transferi-lo para o final do documento mostrado, mantendo-se as formatações padrão do Excel 2007.
- 28 Tanto o documento quanto a planilha podem ser inseridos no corpo de uma mensagem de *e-mail* enviada para um endereço eletrônico.
- 29 Caso a planilha tenha sido protegida por senha, ao transferi-la para o final do documento, será necessário informar a referida senha para visualizar as informações.
- 30 No *software* BrOffice Calc, é possível abrir a planilha apresentada e gerar um gráfico de *pizza*, utilizando a opção Calc do *menu* Janela.

Com relação à natureza, competência e jurisdição do TCE/RN, julgue os itens seguintes.

- 31 O TCE/RN, ao julgar as contas dos dirigentes das unidades e entidades dos municípios, está também fiscalizando a aplicação dos recursos que lhes são transferidos pela União e pelo estado.
- 32 O julgamento das contas tem considerável impacto nas pretensões eleitorais dos candidatos a cargos políticos, pois o TCE/RN deverá informar ao TRE os nomes dos responsáveis por pendências em suas prestações de contas, apuradas em diligências que estejam em fase de realização.

Com base nas normas de organização e funcionamento do TCE/RN, julgue os próximos itens.

- 33 O Sistema Integrado de Auditoria Informatizada (SIAI) realiza a captação dos dados e informações da gestão fiscal dos órgãos e entidades jurisdicionados e lhes dá o tratamento apropriado ao acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira, tendo como foco a observância da responsabilidade fiscal.
- 34 Cabe ao TCE/RN fornecer ao estado e aos municípios certidões que os habilitem a obter empréstimos e firmar convênios e instrumentos afins. Se o descumprimento de prazos para envio de documentos for atribuído a antecessor, impossibilitando a obtenção da certidão, o sucessor deverá adotar providências que vão até a adoção de medida judicial.
- 35 A documentação que os órgãos e entidades sujeitos à fiscalização do TCE/RN tiverem de encaminhar à Corte de Contas deverá ser apresentada por cópia, permanecendo os originais à disposição, nos respectivos órgãos e entidades. Se houver exigência de apresentação do mesmo documento a mais de um órgão de fiscalização, o original deverá ser encaminhado ao TCE.

Acerca do TCE/RN, julgue os itens subsequentes.

- 36 Se o TCE/RN concluir que não dispõe de servidores habilitados para a realização de auditorias e perícias em assuntos de alta especialização, terá respaldo legal para requisitar servidores de outros órgãos ou de entidades da administração estadual ou contratar empresa privada.
- 37 Importante prerrogativa do TCE/RN, em sua função fiscalizadora, é a de requisitar diretamente às instituições financeiras os extratos das contas-correntes e de aplicações efetuadas pelas unidades gestoras das administrações estadual e municipais.

Com referência ao controle externo e ao Poder Legislativo do estado e dos municípios, julgue os itens a seguir.

38 Entre os vários critérios adotados para classificar as modalidades de controle, destaca-se o que o distingue entre interno e externo, dependendo de o órgão que o exerça integrar ou não a própria estrutura em que se insere o órgão controlado. Nesse sentido, o controle externo é exercido por um poder sobre o outro, ou pela administração direta sobre a indireta.

39 Uma das funções de competência dos TCs, como definido na CF, é a de ouvidor, caracterizada pelo recebimento de denúncias de irregularidades ou ilegalidades formuladas tanto pelos responsáveis pelo controle interno como por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato.

A respeito da administração pública brasileira, suas estruturas e servidores, e dos princípios constitucionais, julgue os itens seguintes.

40 A autotutela, uma decorrência do princípio constitucional da legalidade, é o controle que a administração exerce sobre os seus próprios atos, o que lhe confere a prerrogativa de anulá-los ou revogá-los, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

41 Os servidores da administração direta e indireta — aí compreendidas as entidades de direito público e privado —, são ocupantes de cargos ou empregos. Os cargos são providos por concurso público, e os empregos, mediante livre contratação. As funções públicas, por outro lado, são de livre provimento, cujo preenchimento depende de relações de confiança.

42 As empresas públicas se distinguem das sociedades de economia mista quanto à formação do capital, por não serem constituídas com recursos particulares, mas ambas têm em comum o fato de seu capital ser dividido em ações, sob a forma anônima.

No que diz respeito aos municípios, na CF e nas constituições estaduais, julgue os itens subsequentes.

43 Uma das hipóteses de intervenção da União nos municípios é a de não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

44 A imunidade recíproca, por ser da própria essência do pacto federal, impede o estado de cobrar IPVA sobre veículo de propriedade de uma câmara municipal, da mesma forma que o município é impedido de cobrar IPTU sobre prédio de propriedade de autarquia estadual situado em seu território.

Com relação à autonomia municipal e à aprovação das contas municipais, julgue os itens que se seguem.

45 A autonomia municipal se configura por múltiplas capacidades. No exercício de sua capacidade de autoadministração, por exemplo, o município pode e deve instituir todos os impostos de sua competência, previstos na CF.

46 Se o TCE/RN, ao examinar as contas do prefeito de Natal, emitisse parecer prévio pela sua rejeição, esse parecer prevaleceria, exceto se a Assembleia Legislativa do estado, que é responsável pelo julgamento das referidas contas, o rejeitasse por decisão de dois terços de seus membros.

Com base nas disposições constitucionais aplicáveis às câmaras municipais, julgue os próximos itens.

47 O subsídio dos vereadores não pode ultrapassar um percentual máximo do subsídio dos deputados federais.

48 A alienação de bens do município depende de autorização prévia da câmara municipal, mas, quando a operação for realizada com entidades de sua própria administração indireta, não haverá necessidade de licitação para esse fim.

A respeito da LRF e dos TCs, julgue os itens a seguir.

49 Os TCEs são competentes para examinar as contas não só das prefeituras e das câmaras municipais, mas também do Poder Judiciário e dos ministérios públicos municipais.

50 Cabe ao TCE determinar a suspensão das obras com indícios de irregularidades.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue o item abaixo, relativo à interpretação constitucional.

51 O princípio da razoabilidade-proporcionalidade permite ao Poder Judiciário invalidar atos legislativos ou administrativos quando, entre outras situações, a medida adotada não for exigível ou necessária, havendo meio alternativo menos gravoso para se chegar ao mesmo resultado, o que se convencionou denominar necessidade ou vedação do excesso.

Com relação ao controle externo dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do estado do Rio Grande do Norte, julgue os itens a seguir.

52 Como órgão que auxilia a Assembleia Legislativa do estado no controle externo da administração pública, o TCE/RN tem competência para realizar inspeções e auditorias de natureza financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Judiciário, desde que tal providência seja deflagrada apenas por iniciativa da Assembleia Legislativa.

53 A fiscalização financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial exercida pelo Poder Legislativo estadual analisa, entre outros aspectos, a legalidade dos atos geradores de receita ou determinantes de despesas, os de que resultem o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações, bem como o cumprimento dos procedimentos, das competências, das responsabilidades e dos encargos dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

Acerca do tratamento constitucional relativo à prestação de serviços públicos, julgue os itens subsequentes.

54 A prestação de serviços públicos pode ocorrer diretamente, pelo poder público, ou sob regime de concessão ou permissão, exigindo-se, necessariamente, processo licitatório para a concessão, mas não para a permissão, que se caracteriza como ato administrativo unilateral e precário.

55 Considera-se concessão de serviço público a delegação, a título precário, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente, a pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Com relação aos princípios da ordem econômica na CF, julgue os itens a seguir.

56 Configura-se princípio que rege a atividade econômica o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

57 A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei, razão pela qual a CF não admite a existência de monopólios em nome de qualquer ente federativo.

Quanto à intervenção da União nos estados, julgue o próximo item.

58 A União poderá decretar intervenção em um estado da Federação a fim de assegurar a observância, entre outros princípios, do que impõe a prestação de contas da administração pública direta e indireta, e do princípio que exige a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Com base nas disposições da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, julgue os seguintes itens, acerca dos municípios.

59 A alienação, a qualquer título, de quaisquer espécies de bens dos municípios depende de prévia autorização legislativa e licitação, sendo dispensada a licitação quando o adquirente for pessoa jurídica de direito público interno ou entidade de sua administração indireta.

60 Os distritos são criados, organizados e suprimidos por decreto do prefeito municipal, a juízo discricionário deste. No caso da criação de distrito municipal, o chefe do Poder Executivo deverá submeter o decreto, com a respectiva justificação, à Câmara Municipal, que decidirá por maioria absoluta.

A respeito das normas constitucionais pertinentes ao controle externo, julgue os itens a seguir.

61 Se determinado município não possuir, em sua estrutura administrativa, um TC, o órgão de controle externo competente para julgar as contas desse município será, obrigatoriamente, o TCE.

62 As funções dos TCs são, simultaneamente, de cunho contencioso administrativo e jurisdicional.

63 O limite máximo de 65 anos de idade para nomeação de ministros e conselheiros dos TCs não é aplicável no caso das vagas reservadas ao MP e aos auditores, uma vez que estes já são servidores dos respectivos TCs.

64 Caso determinada assembleia legislativa solicite a realização de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial ao TCE, mas não seja atendida, a própria assembleia poderá efetuar diretamente a auditoria.

65 A decisão prolatada por TC somente pode ser contestada no âmbito do Poder Judiciário por meio de ação ordinária nova e independente do processo que levou à decisão original.

Com relação às decisões tomadas pelos TCs, julgue os itens seguintes.

- 66** O TC, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
- 67** Se determinado servidor do governo estadual tiver sua aposentadoria aprovada pelo TCE, mas, em momento posterior, o Poder Executivo estadual resolver revogar a aposentadoria concedida, a aprovação dada pelo TC tornar-se-á automaticamente prejudicada.
- 68** No caso de ilícitos praticados por agente responsável por dinheiro público, independentemente de haver ou não vínculo funcional com a administração pública, o TC terá o prazo de até cinco anos para tomar as providências necessárias ao ressarcimento do erário, findos os quais o direito de ação estará prescrito.

Julgue os itens que se seguem, relacionados ao direito comparado e ao MP junto aos TCs.

- 69** A principal diferença entre os TCs e as controladorias adotadas por alguns países de tradição britânica é que aqueles são órgãos colegiados, enquanto estas são dirigidas por um único titular.
- 70** Em todos os países em que o controle externo é exercido por meio de um tribunal ou órgão colegiado similar, as decisões tomadas no âmbito do controle de contas estão sempre sujeitas ao reexame pelo Poder Judiciário.
- 71** Embora existam MPs junto ao TCU e aos TCs dos estados e dos municípios, não há uma estrutura administrativa única, que reúna todos os MPs junto aos TCs, como ocorre com o MP comum.

Acerca dos aspectos gerais relacionados ao controle externo e do posicionamento institucional dos TCs, julgue os itens subsequentes.

- 72** O TCU faz parte do Congresso Nacional, a quem deve auxiliar no exercício do controle externo.
- 73** Na prestação de auxílio para o exercício do controle externo, os TCs não estão subordinados operacional nem administrativamente às casas legislativas.
- 74** As decisões dos TCs devem incidir sobre o mérito da gestão financeira, orçamentária, patrimonial, contábil e operacional do poder público, sem, no entanto, tratar dos direitos subjetivos dos agentes estatais e das demais pessoas envolvidas nos processos de contas.
- 75** Em países que adotam a estrutura de auditorias-gerais ou controladorias, o controle externo prioriza a verificação do cumprimento dos dispositivos legais na gestão pública.

Com relação aos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 76** Atos administrativos enunciativos são aqueles em que a administração certifica ou atesta um fato ou emite um juízo de valor acerca de determinado assunto, como, por exemplo, as certidões e os atestados.
- 77** Nos processos perante o TCU, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, podendo ser citada, nesse sentido, aquela decisão que aprecia a legalidade de ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- 78** A edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou da entidade não são objeto de delegação.

Julgue os próximos itens, acerca do processo administrativo.

- 79** Segundo entendimento do STF, os elementos informativos de uma investigação criminal ou as provas colhidas no bojo de instrução processual penal, desde que obtidos mediante interceptação telefônica devidamente autorizada por juiz competente, podem ser compartilhados para fins de instruir procedimento administrativo disciplinar.
- 80** O processo administrativo pode-se iniciar a pedido de interessado, mas o equívoco na identificação do destinatário do requerimento inicial enseja recusa motivada da administração ao recebimento de documentos.

Julgue os itens subsequentes, relativos a licitação.

- 81** As casas legislativas, o Poder Judiciário e os TCs estão obrigados a licitar, visto que são tidos como administração pública direta.
- 82** Consoante disposição expressa da Lei n.º 8.666/1993, é vedada a licitação quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional.
- 83** As condutas ilegais no procedimento licitatório que forem tipificadas como crime, ainda que sejam apenas tentadas, sujeitam seus autores, quando servidores públicos, à perda do cargo, emprego ou mandato eletivo.
- 84** As compras realizadas pela administração devem sempre atender ao princípio da padronização, que impõe compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas.

Com relação aos contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

85 A inexecução culposa do contrato administrativo pode ensejar, além da rescisão, o dever de indenizar, mas a administração não pode reter créditos decorrentes do contrato para tal fim, tendo em vista que o montante devido referente à indenização deve ser apurado em juízo.

86 O contrato administrativo é sempre consensual e, em regra, formal, comutativo e realizado *intuitus personae*.

No que concerne a agentes públicos, julgue os itens a seguir.

87 Agente putativo é aquele que, em estado de necessidade pública, assume o encargo de desempenhar certas funções públicas, que de outra forma não seriam executadas, agindo como um servidor regularmente provido.

88 O Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Norte dispõe que a gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva é devida aos respectivos membros que exerçam cargo em função pública remunerada a cada sessão a que compareçam, até o limite mensal fixado em regulamento.

Julgue os itens subsequentes, acerca da administração pública.

89 Enquanto a administração direta é composta de órgãos internos do Estado, a administração indireta compõe-se de pessoas jurídicas de direito público ou privado também denominadas entidades.

90 O princípio da reserva legal impõe que todas as pessoas jurídicas integrantes da administração indireta de qualquer dos poderes, seja qual for a esfera administrativa a que estejam vinculadas, só podem ser instituídas se autorizadas por lei.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao direito civil brasileiro.

91 A lei confere personalidade jurídica material ao nascituro.

92 Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determina; os bens públicos dominicais podem ser alienados, se forem observadas as exigências da lei.

93 Considere que o seguinte acordo foi firmado: João doará um automóvel a Pedro, se este atravessar a nado, em um único dia, o rio Amazonas. Nessa situação, o negócio jurídico subordinado à ocorrência da condição é válido, se aceito pelas partes envolvidas.

Acerca do direito civil, julgue os itens que se seguem.

94 Configura *supressio* o pagamento reiteradamente feito em local diferente daquele previsto no contrato.

95 A posse precária adquirida pelo *de cuius* não perde esse caráter quando transmitida *mortis causa* aos seus sucessores, ainda que estejam de boa-fé.

Com relação ao direito processual civil, julgue os itens a seguir.

96 A substituição voluntária das partes, no curso do processo, pode suceder, quando houver concordância da parte contrária, mesmo que não esteja prevista pela lei.

97 Declarada a incompetência absoluta, todos os atos praticados no processo são alcançados pela nulidade.

No que concerne ao direito processual civil, julgue os próximos itens.

98 Quando a matéria controvertida é unicamente de direito e, no juízo, já tenha sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, pode ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da sentença anteriormente prolatada, sendo certo que não haverá condenação de honorários de sucumbência, salvo se o autor apelar e for mantida a sentença de improcedência.

99 A resolução de questão prejudicial faz coisa julgada, se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.

100 Quando é indeferida a petição inicial por ausência de emenda do autor, embora devidamente intimado, cabe apelação processada, independentemente da citação do réu, sendo possível a retratação pelo juiz.

Em relação aos crimes contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

101 O funcionário público que revelar ou facilitar a revelação de fato que deva permanecer em segredo do qual tenha ciência em razão do cargo que ocupa pratica crime contra a administração pública, não tendo influência na pena prevista o fato de a revelação resultar em dano à administração pública.

102 As penas dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral serão aumentadas da terça parte quando os autores forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

Acerca dos crimes previstos na Lei de Licitações, julgue os itens que se seguem segundo o entendimento do STJ e a legislação que rege a matéria.

103 O tipo penal consistente em dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei é delito de mera conduta, logo, não exige dolo específico, apenas o genérico, representado pela vontade de contratar sem licitação, quando a lei expressamente prevê a realização do certame, independentemente, assim, de qualquer resultado naturalístico, como, por exemplo, prejuízo ao erário.

104 Considere a seguinte situação hipotética.
A Secretaria de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, antes de realizar procedimento licitatório para a aquisição de diversos itens, solicitou a manifestação da procuradoria do estado. O procurador responsável emitiu parecer técnico, opinando pela necessidade e conveniência de se contratar determinada empresa para prestar um serviço sem licitação, tendo sido comprovado que houve fraude posterior ao procedimento. Nessa situação, a fraude, ainda que não se tenha vinculado à dispensa da licitação, impõe responsabilidade criminal ao parecerista, mesmo que este não tenha auferido qualquer vantagem com a contratação da empresa sem o devido procedimento licitatório.

105 Aquele que se abstém ou desiste de licitar, em razão da vantagem oferecida, não comete delito previsto na Lei de Licitações, e sim crime contra a administração pública.

Julgue os itens seguintes, acerca dos crimes de responsabilidade fiscal e delitos previstos no Decreto-lei n.º 201/1967.

106 Constitui crime contra as finanças públicas ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, ainda que a despesa possa ser paga no mesmo exercício financeiro.

107 Constitui crime contra as finanças públicas ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública que não tenham sido criados por lei ou que não estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia.

108 Ao contrário do Código Penal, o referido decreto, que trata da responsabilidade dos prefeitos e vereadores, pune o peculato de uso.

109 Os crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais não incluem a conduta de receber transferência voluntária em desacordo com condição estabelecida em lei.

110 As infrações penais tipificadas no decreto em questão têm como destinatários os prefeitos municipais e os vereadores.

Em relação aos regimes de previdência social, julgue os itens subsequentes.

111 A previdência privada aberta é acessível a uma clientela específica, como, por exemplo, empregados de certas empresas ou grupos econômicos que contribuem para seus fundos de pensão.

112 A previdência pública é gerida pelo Estado, dividindo-se em regime geral da previdência social e regimes próprios de previdência social.

Julgue os itens a seguir, acerca dos princípios aplicáveis aos regimes próprios previdenciários.

113 Segundo o STF, contribuição social incidente sobre o abono de incentivo à participação em reuniões pedagógicas de professores da rede pública de ensino é indevida, pois somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária.

114 Segundo a CF, é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. Pela jurisprudência do STF, essa norma constitucional não assegura a extensão a servidores inativos de vantagem condicionada ao exercício de determinada função.

115 Segundo o STF, o servidor público faz jus à contagem especial de tempo de serviço prestado como celetista, antes de sua transformação em estatutário, uma vez que possui direito adquirido, para todos os efeitos, desde que comprovado o efetivo exercício de atividade considerada insalubre, perigosa ou penosa.

Julgue os itens seguintes, relativos ao RPPS/RN — Lei Complementar n.º 308/2005.

116 Permanece filiado ao RPPS/RN, na qualidade de segurado, o servidor titular de cargo efetivo ou o militar estadual que estiver afastado do cargo efetivo, ou, se militar estadual, do respectivo posto ou graduação, para o exercício de mandato eletivo.

117 São segurados do RPPS/RN, entre outros, o servidor público ocupante, exclusivamente, de cargo público de provimento em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado.

118 São beneficiários do RPPS/RN, na qualidade de dependentes do segurado, entre outros, o cônjuge, a companheira, o companheiro, inclusive do mesmo sexo, e o filho não emancipado, menor de vinte e um anos ou inválido de qualquer idade.

Em relação ao controle da legalidade de aposentadoria, reformas e pensões pelos TCs, julgue os itens subsequentes.

119 Segundo a jurisprudência unânime do STJ, a aposentadoria de servidor público é ato complexo, pois se conjugam as vontades da administração e do TC para concedê-la. Assim, o termo inicial do prazo de cinco anos de que dispõe a administração para anular ato que concedeu irregularmente aposentadoria conta-se da conclusão desse ato, ou seja, após a manifestação do TC competente.

120 Nos processos perante TCs, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, inclusive a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de linhas disponibilizadas, pois qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

A assembleia legislativa de determinado estado da Federação aprovou e promulgou emenda à constituição estadual ampliando a esfera de competência da assembleia legislativa e das câmaras municipais, investindo-as de poderes para julgar as próprias contas. De acordo com a emenda aprovada, cabe, ainda, à assembleia legislativa julgar as contas do tribunal de justiça estadual. No mesmo sentido, a emenda conferiu ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) atuação meramente opinativa em relação às contas prestadas pelas mesas da assembleia legislativa e das câmaras municipais.

O procurador-geral da República ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), visando suspender a eficácia da emenda aprovada.

Com referência a essa situação hipotética, redija um texto dissertativo que esclareça como se dá o controle das contas dos Poderes Executivo e Legislativo (nas esferas estadual e municipal) e do Poder Judiciário estadual e qual deve ser o papel do TCE nesse controle. Ao elaborar seu texto, responda, necessariamente e de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos, acerca da situação hipotética em questão:

- ▶ Foi correta a iniciativa dos deputados estaduais de ampliar as competências da assembleia legislativa e das câmaras municipais para julgamento das próprias contas e das contas do tribunal de justiça local?
- ▶ Foi correta a iniciativa de conferir ao TCE competência meramente opinativa em relação às contas prestadas pelas mesas da assembleia legislativa e das câmaras municipais?
- ▶ Disposições da constituição estadual poderão ser objeto da ação direta de inconstitucionalidade perante o STF?
- ▶ O procurador-geral da República tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade questionando a referida emenda à constituição estadual?